



154

19
L

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: RECURSO DE AGRAVO
PROCESSO N.º: 0174684-5/01 (NPU 0003280-82.2010.8.17.0000)
AGRAVANTE(S): ÂNGELO JOSÉ BARROS LEITE E OUTROS
AGRAVADO(S): NOVO HORIZONTE LTDA.
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

5683

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA NO ÓRGÃO OFICIAL. EXTEMPORANEIDADE CONFIGURADA. PRECEDENTES DO TJPE, STJ E STF. RECURSO QUE, À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO.

1. Em virtude de sedimentado entendimento pretoriano, é "extemporâneo o recurso protocolado antes da publicação da decisão recorrida, sem posterior ratificação" (STF, AI 760314 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 27/10/2009, DJe-218 DIVULG 19-11-2009 PUBLIC 20-11-2009 EMENT VOL-02383-11 PP-02187).
2. Precedentes desta Corte, do STJ e do STF.
3. *In casu*, a sentença outrora atacada foi publicada no Diário Oficial do Estado em 01/04/2008, ao passo que o apelo veiculado pelos recorrentes foi interposto em 19/03/2008, sem que jamais tenha havido posterior ratificação. Tal fato demonstra o seu caráter prematuro, e, conseqüentemente, impede o seu conhecimento.
4. Recurso de Agravo a que, unanimemente, se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo n.º 0174684-5/01, que tem como agravantes **ÂNGELO JOSÉ BARROS LEITE, LEILA DIB CARVALHEIRA, ALEXANDRE SOARES DE**



155

20
L

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

PINTO, PAULO MARINHO FALCÃO FILHO, MÁRIO ANTÔNIO CABRAL DE OLIVEIRA e JOSÉ LEONARDO MARQUES DE MEDEIROS, e como agravada a NOVO HORIZONTE LTDA.

ACORDAM os Desembargadores que compõem a 3.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sem discrepância de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Agravado, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que passam a integrar este julgado.

Recife,

20/4/2010

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Relator



156

21
L

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR:

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

TIPO:

RECURSO DE AGRAVO

PROCESSO N.º:

0174684-5/01 (NPU 0003280-82.2010.8.17.0000)

AGRAVANTE(S):

ÂNGELO JOSÉ BARROS LEITE E OUTROS

AGRAVADO(S):

NOVO HORIZONTE LTDA.

RELATOR:

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

RELATÓRIO

ÂNGELO JOSÉ BARROS LEITE, LEILA DIB CARVALHEIRA, ALEXANDRE SOARES DE PINTO, PAULO MARINHO FALCÃO FILHO, MÁRIO ANTÔNIO CABRAL DE OLIVEIRA e JOSÉ LEONARDO MARQUES DE MEDEIROS, por meio do presente **RECURSO DE AGRAVO** (fls. 02/04), buscam a reforma da decisão terminativa que negou seguimento ao apelo por elas interposto, em virtude de sua manifesta extemporaneidade.

No seu breve arrazoadado, os agravantes alegam que os paradigmas jurisprudenciais utilizados para fundamentar o não conhecimento de um recurso apresentado antes da publicação na imprensa oficial não refletem o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório.


Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator



157

222
L

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: RECURSO DE AGRAVO
PROCESSO N.º: 0174684-5/01 (NPU 0003280-82.2010.8.17.0000)
AGRAVANTE(S): ÂNGELO JOSÉ BARROS LEITE E OUTROS
AGRAVADO(S): NOVO HORIZONTE LTDA.
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

VOTO DO RELATOR

No tocante à matéria atacada pelos agravantes, assim argumentei em sede de decisão monocrática terminativa, *ipsis litteris*:

Ao compulsar os autos, observo que o apelo dos srs. ÂNGELO JOSÉ BARROS LEITE, LEILA DIB CARVALHEIRA, ALEXANDRE SOARES DE PINTO, PAULO MARINHO FALCÃO FILHO, MÁRIO ANTÔNIO CABRAL DE OLIVEIRA e JOSÉ LEONARDO MARQUES DE MEDEIROS foi interposto em data anterior ao da publicação da decisão vergastada no Diário Oficial do Estado (fls. 177 e 203).

Ocorre que, em casos desse tipo, a jurisprudência dos nossos Tribunais Superiores é incisiva ao reconhecer a extemporaneidade, por considerar que o prazo recursal só começa a fluir após a publicação do *decisum* a ser atacado.

Nesse sentido, vejamos os recentíssimos excertos do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. EXTEMPORANEIDADE CONFIGURADA. 1 - É extemporâneo o recurso especial interposto antes da publicação da decisão combatida, salvo se houver reiteração posterior, porquanto o prazo para recorrer só começa a fluir após a publicação do acórdão integrativo. (...) (AgRg no Ag 1117340/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2009, DJe 11/09/2009);

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO - EXTEMPORANEIDADE



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

158 23
L

- DESPROVIMENTO. 1 - Considera-se extemporâneo o recurso quando interposto fora do prazo recursal. In casu, o recurso especial foi protocolado antes da publicação do v. acórdão, sendo considerado, portanto, intempestivo. Precedentes. (...) (AgRg no REsp 788.059/RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2005, DJ 13/02/2006 p. 830);

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. EXTEMPORANEIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (...) 2. O dies a quo recursal dá-se com a publicação, na imprensa oficial, da decisão que se quer impugnar, sendo extemporâneo o recurso manifestado antes desse ato processual. Em suma, "a extemporaneidade do recurso ocorre não apenas quando é interposto além do prazo legal, mas também quando vem à luz aquém do termo inicial da existência jurídica do decisório alvejado" (EDcl no REsp 210.522/MS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ 25.2.2002). (...) (AgRg no REsp 671.093/RS, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 23/11/2009);

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. (...) 2. A extemporaneidade do recurso ocorre não apenas quando é interposto além do prazo legal, mas também quando vem à luz aquém do termo inicial da existência jurídica do decisório alvejado. Precedente do STF. 3. Constatado que o recurso especial foi interposto sem que o acórdão da Corte estadual sequer tivesse sido publicado, não se constituindo, portanto, o dies a quo do termo legal para a interposição do recurso, deve-se tê-lo como extemporâneo. (...) (AgRg no REsp 654.000/PB, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2004, DJ 17/12/2004 p. 631).

Destarte, o apelo dos demandantes esbarra na análise dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal, de sorte que a negativa de seguimento, para ele, é medida que se impõe.



159

24
2

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Contra esse posicionamento, os agravantes sustentaram que os acórdãos que fundamentaram a decisão são anacrônicos e não revelam a posição uniforme do Superior Tribunal de Justiça. E, sob o manto da informatização do processo judicial, alegaram que não há mais necessidade de se esperar a publicação no órgão oficial para recorrer.

Muito bem.

Conquanto a argumentação dos recorrentes seja bastante sedutora, é fato que ela não encontra albergue na jurisprudência dominante desta Corte, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Em casos idênticos, *verbi gratia*, assim tem decidido este Sodalício:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVO. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO UNÂNIME. A publicação destes Embargos se deu em 12-07-2007, sendo certo que a interposição deste recurso ocorreu em 30-05-2007, sem a devida ratificação, a posteriori, o que o transforma em intempestivo. (Embargos de Declaração n.º 114158-2/01, Des. Rel. Frederico Ricardo de Almeida Neves, 4.ª Câmara Cível, j. em 24/10/2007).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. RECURSO MANEJADO PREMATURAMENTE. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1.Segundo firme orientação jurisprudencial de nossos Tribunais (inclusive deste TJPE), não se conhece de recurso prematuro, manuseado antes mesmo da abertura do prazo recursal; (...) (Embargos de Declaração n.º 64444-6/01, Des. Rel. Luiz Carlos Figueiredo, 7.ª Câmara Cível, j. em 14/11/2008).

RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. APELO INTERPOSTO NA PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO POSTERIOR. INEXISTÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

UNÂNIME. A publicação de decisão que visava aclarar pontos da sentença apelada se deu em 23/04/2008, sendo certo que a interposição do recurso de apelação ocorreu em 07/04/2008, sem a devida ratificação, a posteriori, o que o transforma em intempestivo. Em conformidade com a jurisprudência deste TJPE e do STJ. (Recurso de Agravo n.º 175173-1/01, Des. Rel. Jovaldo Nunes Gomes, 5.ª Câmara Cível, j. em 24/04/2009).

Impende salientar que a própria Corte Especial do Guardião da Legislação Federal, em julgamento recentíssimo, expôs orientação semelhante, o que se infere a partir da leitura do seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. INTEMPESTIVIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. EMBARGOS NÃO-CONHECIDOS. 1. É assente na jurisprudência do STF e do STJ que a intempestividade recursal advém não só de manifestação tardia da parte, mas, igualmente, da impugnação prematura. (...) (EDcl na SEC 3.660/GB, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2010, DJe 08/03/2010)

Nesse mesmo sentido, trago, ainda, novos arestos do nosso Tribunal de Uniformização da Legislação Infraconstitucional, que em tudo confirmam a tese da extemporaneidade do recurso prematuro:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO OFICIAL DO ACÓRDÃO. INTEMPESTIVIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. AGRAVO IMPROVIDO. 1. "A extemporaneidade do recurso ocorre não apenas quando é interposto além do prazo legal, mas também quando vem à luz aquém do termo inicial da existência jurídica do decisório alvejado" (...) (AgRg nos EREsp 643.924/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 29/03/2010).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES. RECURSO EXTEMPORÂNEO. SÚMULA Nº 207. 1. É extemporâneo o recurso especial interposto antes da publicação



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

161 26/2

do acórdão dos embargos infringentes (STJ, Súmula nº 207). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 677.798/RS, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 03/03/2010).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO QUE APRECIOU EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RATIFICAÇÃO. NECESSIDADE. I - Segundo entendimento pacífico deste c. Superior Tribunal de Justiça, é prematura a interposição do recurso especial antes do julgamento dos embargos declaratórios opostos por quaisquer uma das partes, e não ratificado posteriormente (REsp 776.265/SC, Corte Especial, Rel. p/ acórdão Min. César Asfor Rocha, DJU de 06/08/2007). II - Esse entendimento, aliás, encontra respaldo na jurisprudência de ambas as Turmas do c. Pretório Excelso, na qual 'a intempestividade dos recursos tanto pode derivar de impugnações prematuras (que se antecipam as publicações dos acórdãos) quanto decorrer de oposições tardias (que se registram após o decurso dos prazos recursais). Em qualquer das duas situações - impugnação prematura e oposição tardia -, a consequência de ordem processual é uma só: o não-conhecimento do recurso por efeito de sua extemporânea interposição. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem advertido que a simples notícia do julgamento, além de não dar início à fluência do prazo recursal, também não legitima a prematura interposição de recurso, por absoluta falta de objeto' (AI 653882 AgR/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 14/08/2008 e AI 666984 AgR/PE, 1ª Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 11/09/2008). (...) (AgRg no Ag 1176878/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 29/03/2010).

Em arremate, observe-se a orientação atualizada do Pretório Excelso:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU, POR INTEMPESTIVIDADE, DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 1. São precoces ou precipitados embargos de declaração opostos antes da publicação do acórdão embargado, devido a que tal falta de publicação implica desconhecimento das razões de que se recorre. (...) (MS 27335 AgR-ED-AgR, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 17/02/2010, DJe 045



162

27
2

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

DIVULG 11-03-2010 PUBLIC 12-03-2010 EMENT VOL-02393-02 PP-00341).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DO PAGAMENTO DO PREPARO. DESERÇÃO. 1. O Supremo Tribunal Federal possui orientação pacífica no sentido de ser extemporâneo o recurso protocolado antes da publicação da decisão recorrida, sem posterior ratificação. (...) (AI 760314 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 27/10/2009, DJe-218 DIVULG 19-11-2009 PUBLIC 20-11-2009 EMENT VOL-02383-11 PP-02187)

DIREITO PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXTEMPORANEIDADE. INOCORRÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. (...) 3. É uníssono o entendimento desta Corte no sentido de que a interposição de recursos somente é cabível após a publicação, no Diário da Justiça, da decisão contra a qual se recorre. E, na hipótese de o protocolo das razões recursais realizar-se antes da veiculação do ato judicial a ser impugnado, a parte deve, após a divulgação no órgão oficial, ratificá-las. Precedentes. (...) (RHC 86941 ED, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 12/05/2009, DJe-099 DIVULG 28-05-2009 PUBLIC 29-05-2009 EMENT VOL-02362-06 PP-01042)

Ex positis, ao passo que não exerço juízo de retratação, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO DE AGRAVO**, por considerar que o recurso interposto antes da publicação no órgão oficial, sem a posterior ratificação, é extemporâneo, fato esse que enseja o seu não conhecimento.

É como voto.

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator